

450

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

FGV
E OUTRAS INSTITUIÇÕES



SÓ 
QUESTÕES

TJ-SC

TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Ética e Gestão no Serviço Público
- ▶ Noções de Informática e Proteção de Dados
- ▶ Direitos Humanos e Acesso à Justiça
- ▶ Noções de Direito Administrativo
- ▶ Noções de Direito Constitucional
- ▶ Noções de Direito Civil
- ▶ Noções de Direito Processual Civil
- ▶ Noções de Direito Penal
- ▶ Noções de Direito Processual Penal



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





TJ-SC

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

**GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas
Técnico Judiciário
Auxiliar**

EDITAL Nº 10/2026

**CÓD: SL-016AB-26
7908403591404**

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Ética e Gestão no Serviço Público	19
3. Noções de Informática e Proteção de Dados	31
4. Direitos Humanos e Acesso à Justiça	45
5. Noções de Direito Administrativo	55
6. Noções de Direito Constitucional.....	67
7. Noções de Direito Civil.....	83
8. Noções de Direito Processual Civil.....	101
9. Noções de Direito Penal.....	117
10. Noções de Direito Processual Penal.....	133

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FGV - 2024)

Assinale a opção que mostra uma impropriedade léxica, ou seja, um emprego **inadequado** da expressão “cerca de”.

- (A) Havia cerca de três dúzias de convidados no final da festa.
- (B) Chegaram cerca de 100 cartas no mesmo dia.
- (C) Cerca de 18 lojas fecharam as portas mais cedo.
- (D) Os cantores receberam cerca de uma centena de convites.
- (E) A plantação produziu cerca de uma tonelada de legumes.

2. (FGV - 2024)

Entre as frases abaixo – do livro “A Cidade e as Serras”, de Eça de Queiroz –, aquela em que a forma sublinhada está mal-empregada é:

- (A) “Quando um Sol que não avisto, nunca avistarei, morre de inanição nas profundidades, esse esguio galho de limoeiro, em baixo na horta, sente um secreto arrepio de morte...”;
- (B) “– Então o sr. D. Jacinto?... O sr. D. Jacinto andava lá para debaixo, com o Silvério e com o Melchior, nos campos de Freixomil...”;
- (C) “– Ando aí pelas terras desde o romper de alva! Pesquei já hoje quatro trutas magníficas... Lá embaixo, no Naves, um riachote que se atira pelo vale de Seranda... temos logo ao jantar essas trutas!”;
- (D) “E aqui está o que decidi, depois de pensar. Mandei arranjar tantos caixões de chumbo, quantas as caveiras que se apanharam lá embaixo na Carriça, entre o lixo e o pedregulho”;
- (E) “E não houve mais pássaro que cantasse, e os arriões fugiram para debaixo das ervas, com um lento murmúrio de choro”.

3. (FGV - 2025)

Quando escrevemos, utilizamos algumas formas abreviadas.

- A forma correta de abreviar **Senhor** é:
- (A) S.

- (B) Sr.
- (C) Sen.
- (D) Sor.
- (E) Snor.

4. (FGV - 2023)

Observe o texto a seguir, retirado de um dicionário de curiosidades sobre o Rio de Janeiro:

“ABI – Fundada em 07/04/1908 pelo catarinense Gustavo Lacerda, a Associação Brasileira de Imprensa, órgão que congrega os jornalistas brasileiros, teve Herbert Moses como seu presidente durante 50 anos. É a maior expressão do jornalismo brasileiro, constituindo assim, um fato raro de ser igualado no mundo”.

No início desse texto aparece uma sigla: ABI. A seguir, aparece a transcrição da sigla por extenso: Associação Brasileira de Imprensa.

Isso normalmente se explica pelo fato de

- (A) a sigla não ser amplamente conhecida, segundo a consideração do autor do texto.
- (B) a formação da sigla contrariar a organização geral das siglas.
- (C) a forma abreviada passar a exercer a função sintática de sujeito da oração em que se insere.
- (D) a forma gráfica por extenso mostrar uma carga de valorização que a sigla não possui.
- (E) a sigla, no momento de produção do texto, ainda não ter sido criada.

5. (FGV - 2024)

Assinale a frase em que houve troca indevida entre “o” e “lhe”:

- (A) Devemos ser pontes para cobrirmos os abismos e nunca para aprofundá-los.
- (B) Se quiser conhecer verdadeiramente um homem, dê-lhe autoridade.
- (C) Um bobo sempre acha um mais bobo para admirar-lhe.
- (D) A minha disposição é muita, mas a minha vontade de obedecer-lhe é pouca.
- (E) Não há prazer em estar em um lugar e não o visitar.



AMOSTRA

6. (FGV - 2025)

Assinale a opção que indica a frase em que o emprego do acento grave indicativo de crase está correto.

- (A) As riquezas, qualquer um deus as pode conceder até mesmo à um malvado, mas a virtude cabe a poucos.
- (B) Quem é rico em virtude, é semelhante à jovens.
- (C) Quanto à virtude não basta conhecê-la, devemos colocá-la em prática.
- (D) Não se pode conceder a inteligência à todos.
- (E) Comprar à crédito é mais fácil.

7. (FGV - 2025)

use o Texto 1 para responder à questão.

Texto 1

Defesa do livro intitulado QUINTO IMPÉRIO, que é a apologia do livro CLAVIS PROPHETARUM, e respostas das proposições censuradas pelos senhores inquisidores: dadas pelo Padre Antônio Vieira, estando recluso nos cárceres do Santo Ofício de Coimbra.

Sendo ontem chamado à mesa, me foi dito que estavam nela os senhores inquisidores para sentenciarem a minha causa, e que antes disso queriam ouvir de mim tudo o que tivesse que dizer ou alegar para bem dela; e porque a última doença (de que estou mal convescido) me não deixou com forças nem alento para poder falar em público, pedi licença para falar por papel, que me foi concedida. Protesto pois do modo que me é possível, diante desses senhores, que antes de se me dar a notícia que as minhas proposições estavam censuradas, e as censuras aprovadas por sua santidade, fazia eu tenção de propor em presença de vossas senhorias todos os pontos ou questões delas, dando os fundamentos das opiniões que segui...

Sendo ontem chamado à mesa, me foi dito que estavam nela os senhores inquisidores para sentenciarem a minha causa...

O advérbio “ontem” se refere

- (A) ao dia anterior da escritura do texto.
- (B) à véspera da leitura do texto.
- (C) ao dia que precede a sentença da causa.
- (D) ao dia que vem antes da prisão do religioso.
- (E) à véspera da decisão de escrever o livro.

8. (FGV - 2025)

Os sinônimos são palavras de mesma classe gramatical que possuem significados idênticos ou muito próximos e são utilizados de modo que não haja repetição desnecessária.

O exemplo em que o termo sublinhado foi substituído por um sinônimo, é:

- (A) A democracia não corre, mas ela chega segura ao seu objetivo.
- (B) A democracia não existe em todos os países, mas é claro que esse sistema é apreciável.
- (C) Um pouco de rebeldia de vez em quando é uma boa coisa; uma agitação também pode trazer benefícios.
- (D) O revolucionário inventa as ideias; quando as exaure, o conservador as adota.
- (E) A pessoa que brilha na primeira fila pode apagar-se na segunda.

9. (FGV - 2024)

Um jornalista declarou há alguns anos:

Mandar que ministros denunciados apurem denúncias em seus ministérios ou autarquias é / como indicar o coelho para descobrir quem comeu a couve da horta.

Entre os dois segmentos indicados há uma relação de

- (A) causa e consequência.
- (B) afirmação e explicação.
- (C) comparação entre duas ações.
- (D) explicação de algo que ficou pouco claro.

10. (FGV - 2024)

Assinale a frase abaixo em que **não** está presente uma expressão ou termo indicativo de causa.

- (A) O paisagista pinta tranquilo porque a paisagem defronte não se pode aproximar do quadro para ver se está parecida.
- (B) A História é como um estilingue. Quanto mais fundo você puxa, mais longe você alcança.
- (C) Algumas pessoas são o centro das atenções numa festa por terem ótimo senso de humor.
- (D) Em função de algumas declarações falsas, a repórter foi obrigada a desmenti-las.
- (E) Em vista do aumento de impostos, houve grande reclamação dos empresários.

ÉTICA E GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

1. (FGV - 2025)

Leia a seguir trechos do “Hino do IBGE”, também conhecido como “Canção do Ibgéano”. Essa canção é um símbolo institucional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pela produção e disseminação de informações geográficas e estatísticas sobre o Brasil. Ela é rotineiramente executada em solenidades e eventos do referido órgão.

Ibgéano, alerta!
De pé pelo Brasil
Com a mente bem desperta
Com flama varonil [...]
Vigiando o porvir do Brasil! [...]

Não há mata, cidade ou sertão
Onde nós não tenhamos nossa gente,
Onde impera o auriverde pendão
Um dos nossos é certo estar presente! [...]

Repelimos o erro e a mentira,
O Brasil nos compete retratar,
Não importa a verdade a quem fira,
Indicamos o rumo a trilhar [...]

No modelo de Edgar Schein, que classifica elementos da cultura organizacional em camadas, a existência desse hino como uma composição musical oficial, utilizada em eventos e cerimônias institucionais, enquadra-se prioritariamente na categoria de:

- (A) norma institucional;
- (B) pressuposto básico;
- (C) valor compartilhado;
- (D) clima organizacional;
- (E) artefato organizacional.

2. (FGV - 2025)

Segundo Edgar Schein, a cultura organizacional pode ser analisada em diferentes níveis, que variam conforme a visibilidade e o grau de consciência dos seus elementos. Essa abordagem permite compreender desde manifestações visíveis

e tangíveis até premissas profundas e inconscientes que moldam a forma como as organizações operam, influenciando inclusive os estilos de liderança adotados.

Com base nessa perspectiva, assinale a alternativa que apresenta **corretamente** os três níveis de análise cultural:

- (A) Estrutura, desempenho e controle simbólico.
- (B) Normas, estilo gerencial e percepção dos stakeholders.
- (C) Clima organizacional, valores éticos e práticas institucionais.
- (D) Política institucional, processos decisórios e estilo de comunicação.
- (E) Artefatos, crenças e valores expostos, premissas básicas subjacentes.

3. (FGV - 2025)

A cultura organizacional envolve um conjunto de pressupostos psicossociais que são considerados importantes para o comportamento de seus trabalhadores em seus ambientes de trabalho.

Assinale a opção que indica esses pressupostos.

- (A) Tomadas de decisões, estratégias e comportamentos.
- (B) Responsabilidades, equilíbrios e alcances do controle.
- (C) Forças de trabalho, funções, propósitos e objetivos.
- (D) Autoridades, correspondências e delegações.
- (E) Normas, valores, recompensas e poder.

4. (FGV - 2023)

A socialização organizacional desempenha um papel crucial na integração dos novos membros às normas, valores e padrões de comportamento de uma organização, sendo parte importante da cultura organizacional.

Sobre a socialização organizacional, avalie as afirmativas a seguir.



AMOSTRA

I.A socialização organizacional pode incluir uma fase destrutiva que envolve a desconstrução dos valores e padrões de comportamento previamente aprendidos pelo novo membro em outras organizações.

II.O programa de integração ou indução tem o objetivo de minimizar o choque cultural, tornando os novos membros mais confortáveis com a cultura da organização.

III.O feedback do desempenho e as recompensas são elementos do processo de socialização organizacional que enfatizam principalmente aspectos do negócio, enquanto os valores corporativos são considerados secundários.

IV.O reforço de histórias e folclore organizacional é uma etapa do processo de socialização que ajuda a explicar por que a organização faz as coisas de uma maneira particular e peculiar.

V.A socialização organizacional é um processo unidirecional, com a organização ditando os valores e normas que os novos membros devem adotar, sem considerar a contribuição dos novos membros para a cultura organizacional.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

5. (FGV - 2024)

Analise as assertivas a seguir, relativas à Teoria ERC

I.As necessidades básicas devem ser satisfeitas para que as superiores sejam buscadas.

II.Caso uma necessidade superior não possa ser satisfeita, uma necessidade inferior pode surgir.

III.A presença de fatores higiênicos serve apenas para reduzir a insatisfação, não gerando motivação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

6. (FGV - 2024)

Com relação ao proposto pela teoria dos dois fatores (bifatorial), abordagem que busca entender o funcionamento da motivação nos indivíduos, uma situação de satisfação de um colaborador, pode ser decorrente de

- (A) Salário acima da média do mercado.
- (B) Metas desafiadoras a serem cumpridas.
- (C) Bom relacionamento com os outros colegas de trabalho.
- (D) Condições físicas adequadas no ambiente de trabalho.

7. (FGV - 2024)

Segundo a teoria dos dois fatores de Herzberg, os fatores higiênicos, quando bem administrados, evitam a insatisfação no trabalho.

Assinale a opção que indica uma característica dos fatores higiênicos.

- (A) Avanço da carreira.
- (B) Realização pessoal.
- (C) Crescimento pessoal.
- (D) Segurança no trabalho.
- (E) Reconhecimento.

8. (FGV - 2023)

Em relação às teorias motivacionais aplicadas na administração, analise as afirmativas a seguir.

I.A teoria dos dois fatores de Herzberg é considerada uma teoria de processo, pois busca explicar aquilo que motiva o indivíduo.

II.A teoria das necessidades adquiridas entende que a base motivacional do indivíduo se relaciona com a comparação com seus pares diretos.

III.A teoria da expectativa traz o conceito de instrumentalidade, referente à ideia de que receberá determinada recompensa caso atinja o desempenho planejado.

Está em conformidade com as respectivas teorias motivacionais o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS

1. (FGV - 2026)

Sistemas de Inteligência Artificial (IA) Generativa apresentam como características fundamentais: necessidade de grandes volumes de dados para seu treinamento; capacidade de inferência que permite a geração de novos dados semelhantes aos dados de treinamento; e adoção de um conjunto diversificado de técnicas computacionais.

Considerando a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as diretrizes de IA responsável e explicável, é **correto** afirmar que:

- (A) o princípio da necessidade da LGPD indica uma proibição em relação ao treinamento de sistemas de IA com grandes volumes de dados, para evitar a existência de dados pessoais nas bases de treinamento;
- (B) o princípio da transparência da LGPD apresenta um desafio relacionado ao uso de grandes bases de dados em modernos sistemas no atendimento ao critério de limitação ao tratamento mínimo necessário para o alcance da finalidade;
- (C) o fim do período de tratamento, bem como a definição quanto à finalidade ou necessidade terem sido alcançadas, são facilmente delimitados nos sistemas de IA, além da facilidade relacionada com efetivação da revogação do consentimento do titular em sistemas de IA;
- (D) o conteúdo de sites públicos ou acessíveis publicamente está sujeito à LGPD, visto que empresas que disponibilizam tais informações possuem obrigações em relação à proteção de dados pessoais em suas plataformas. Da mesma forma, desenvolvedores e empresas que realizam a raspagem na web devem garantir a conformidade com a proteção de dados pessoais;
- (E) a utilização de dados de repositórios originados de processos de raspagem da web, bem como a mesclagem com dados raspados de forma direta pelo próprio desenvolvedor com outras fontes, podem implicar o uso e reúso de dados para o treinamento e refinamento de diferentes modelos em IA. Na existência de dados

pessoais, isso pode conduzir a um tratamento esporádico, restrito e limitado de dados pessoais em sistemas de IA.

2. (FGV - 2026)

Uma instituição financeira realiza o tratamento de dados pessoais de seus clientes para fins de prevenção à lavagem de dinheiro, cumprindo com a sua obrigação legal e regulatória, e de atendimento às exigências impostas por órgãos de supervisão e controle.

No desenvolvimento de suas atividades internas, a instituição passou a integrar, de forma contínua e indistinta, os dados originalmente coletados para fins regulatórios nas bases destinadas à análise preditiva do comportamento de consumo e à definição de estratégias comerciais, sem a atualização das informações fornecidas aos titulares. Ademais, mantém dados pessoais por prazo indeterminado, inclusive de clientes que encerraram a relação contratual, sem a revisão periódica quanto à pertinência, proporcionalidade ou atualização dos dados tratados.

À luz da relação entre as bases legais do tratamento e os princípios previstos no Art. 6º da LGPD, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) A invocação da base legal do cumprimento da obrigação afasta a incidência dos princípios da finalidade, da adequação e da necessidade, desde que o tratamento permaneça vinculado à atividade econômica desempenhada pelo agente.
- (B) A conformidade do tratamento deve ser aferida primordialmente a partir da base legal que o legitima, de modo que eventuais inconformidades com os princípios do Art. 6º somente assumem relevância jurídica quando for evidenciado o desvio de finalidade ou prejuízo concreto aos direitos do titular.
- (C) Ainda que exista base legal válida para o tratamento inicial dos dados pessoais, a reutilização para finalidades incompatíveis, a retenção excessiva e a ausência de controle quanto à atualização e à relevância dos dados

AMOSTRA

caracterizam violação aos princípios da finalidade, da adequação, da necessidade e da qualidade dos dados.

(D) O princípio da responsabilização e da prestação de contas autoriza o agente de tratamento a redefinir as finalidades e os limites do tratamento dos dados pessoais, desde que disponha de políticas de governança formalmente instituídas e disponibilize o relatório de impacto.

(E) A utilização de dados pessoais para finalidades diversas daquelas que justificaram a sua coleta inicial é admissível sempre que for vinculada a um legítimo interesse econômico do controlador e acompanhada da adoção de medidas adequadas de segurança da informação.

3. (FGV - 2024)

Relacione os termos empregados na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) com suas definições:

- 1 dado pessoal
- 2 dado pessoal sensível
- 3 titular
- 4 controlador

() pessoa que pode ser de natureza jurídica ou natural, de direito privado ou público, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados de pessoa natural, identificável ou identificada;

() informação de pessoa natural identificável ou identificada.

() dado de pessoa natural, identificada ou identificável, sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

() pessoa natural, identificável ou identificada, a quem se referem os dados que são objeto de tratamento; Assinale a opção que indica a relação **correta**, na ordem apresentada.

- (A) 4 – 2 – 3 – 1
- (B) 3 – 1 – 2 – 4
- (C) 3 – 4 – 2 – 1
- (D) 4 – 3 – 1 – 2
- (E) 4 – 1 – 2 – 3

4. (FGV - 2024)

A partir da Lei de Acesso à Informação fica determinado o sigilo como exceção, mas a Lei Geral de Proteção de Dados protege os dados pessoais com base em alguns fundamentos, entre eles:

I. O respeito à privacidade.

II. Pôr em risco a defesa e a soberania nacionais.

III. A liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

5. (FGV - 2024)

Em 2023, João experimentou e comprou na loja CenterShoes um par de sapatos número 48. No fechamento da venda o atendente da loja indagou se poderia cadastrá-lo no sistema da loja. João concordou, ditou seu CPF, nome e e-mail. Porém, ao cadastrar os dados de João, o atendente incluiu no sistema o número do sapato, sem consentimento. Dois meses depois, a CenterShoes foi adquirida por uma concorrente, NewShoes, que incorporou para si o cadastro de clientes da CenterShoes.

Dois meses depois da aquisição, João recebeu um e-mail da NewShoes anunciando uma oferta especial de ponta de estoque exclusivamente de calçados de número 48, no âmbito de uma campanha comercial baseada nos dados incorporados.

Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir à luz da LGPD.

I. Há violação porque o número do sapato de João é um dado pessoal sensível.

II. Há violação porque não houve consentimento explícito de João para incluir o número de sapato no cadastro.

III. Há violação porque o cadastro foi transferido para outra empresa sem consentimento explícito de João.

Sobre essas afirmativas, é **correto** afirmar que

- (A) nenhuma está correta.
- (B) somente I e II estão corretas.
- (C) somente I e III estão corretas.
- (D) somente II e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

DIREITOS HUMANOS E ACESSO À JUSTIÇA

1. (2026)

A formação histórica dos direitos humanos, conforme a evolução descrita no texto, não resultou de um ato único ou de um documento isolado, mas de um processo paulatino de amadurecimento ético, filosófico, político e jurídico. Considerando essa perspectiva evolutiva, assinale a alternativa correta.

(A) Os direitos humanos surgiram integralmente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, sem antecedentes relevantes na Antiguidade ou na Idade Média.

(B) A construção dos direitos humanos foi marcada por reflexões sobre justiça, limitação do poder e proteção da pessoa contra abusos, desenvolvidas em diferentes contextos históricos.

(C) O primeiro núcleo completo dos direitos humanos foi estabelecido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 1º, III.

(D) A ideia de dignidade da pessoa humana sempre foi exclusivamente jurídica, sem vínculo com matrizes filosóficas e religiosas.

(E) A formação histórica dos direitos humanos eliminou, desde a modernidade, todas as contradições entre igualdade formal e exclusão concreta.

2. (2026)

Na Antiguidade, algumas tradições filosóficas contribuíram para o desenvolvimento de uma sensibilidade ética que, futuramente, influenciaria a consolidação dos direitos humanos. À luz do texto, assinale a alternativa que melhor expressa essa contribuição.

(A) O estoicismo defendia a supremacia de certos povos sobre os demais, o que serviu de base para a desigualdade jurídica moderna.

(B) As tradições antigas já instituíam um sistema internacional completo de proteção judicial da pessoa humana.

(C) O pensamento antigo rejeitava por completo qualquer noção de universalidade moral entre os seres humanos.

(D) O estoicismo, ao sustentar a existência de uma razão universal comum, favoreceu a percepção de uma igualdade moral entre os seres humanos.

(E) As tradições religiosas da Antiguidade tinham por objetivo principal negar a ideia de deveres de solidariedade e cuidado.

3. (2026)

A Idade Média, embora marcada por forte hierarquização social, legou elementos relevantes para o futuro desenvolvimento dos direitos humanos. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

(A) A consolidação dos debates sobre lei natural e limites da autoridade contribuiu para enfraquecer a ideia de que o poder político seria absoluto.

(B) O período medieval eliminou totalmente a subordinação da pessoa ao poder político.

(C) A Idade Média consolidou, pela primeira vez, o sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos.

(D) A noção medieval de justiça negava qualquer parâmetro superior à vontade do governante.

(E) O período medieval foi irrelevante para a história dos direitos humanos, pois não ofereceu qualquer contribuição à limitação do poder.

4. (2026)

A modernidade representou etapa decisiva na afirmação dos direitos humanos. Com base no texto, assinale a alternativa que traduz adequadamente uma característica desse período.

(A) A modernidade substituiu a linguagem dos direitos pela noção de submissão integral do indivíduo ao soberano.

(B) O pensamento contratualista negava a existência de direitos anteriores ao Estado.

(C) A crítica ao absolutismo e a defesa de mecanismos de contenção do poder contribuíram para transformar aspirações morais em garantias jurídicas mais objetivas.

(D) A ideia de legalidade foi abandonada em favor da vontade livre do governante.

(E) A pessoa permaneceu concebida apenas como súdito, sem alteração do fundamento de legitimidade do poder.

5. (2026)

John Locke é frequentemente associado à afirmação moderna dos direitos. Conforme a linha desenvolvida no texto, assinale a alternativa correta.

(A) Locke defendia que somente o Estado poderia criar os direitos à vida, à liberdade e à propriedade.

(B) Locke sustentava que os direitos naturais são posteriores ao Estado e dependem de concessão soberana.

(C) Locke afirmava que os seres humanos possuem direitos naturais anteriores ao Estado, cabendo ao poder político reconhecê-los e protegê-los.

(D) Locke negava qualquer vínculo entre liberdade e limitação do poder estatal.

(E) Locke sustentava que propriedade e liberdade são conceitos incompatíveis com a proteção da pessoa humana.

6. (2026)

Sobre as contradições da fase moderna dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

(A) A fase moderna realizou imediatamente uma proteção universal, inclusiva e igualitária para todos os grupos sociais.

(B) A universalidade proclamada nas declarações modernas sempre se converteu, sem demora, em prática social efetiva.

(C) A modernidade foi incompatível com qualquer forma de escravidão, colonialismo ou exclusão das mulheres.

(D) A história dos direitos humanos também é marcada por lutas contra contradições estruturais, pois declarações de direitos coexistiram com práticas de exclusão e opressão.

(E) As declarações modernas fracassaram integralmente, sem qualquer legado relevante para a proteção da pessoa.

7. (2026)

A internacionalização dos direitos humanos ganhou força após a Segunda Guerra Mundial. Considerando o texto, assinale a alternativa correta.

(A) As atrocidades do século XX demonstraram que a proteção da pessoa humana não poderia permanecer inteiramente submetida à vontade interna de cada Estado.

(B) A experiência da Segunda Guerra Mundial reforçou a ideia de que violações graves de direitos humanos deveriam ser tratadas apenas como assuntos domésticos.

(C) O pós-guerra levou ao abandono da dignidade da pessoa humana como valor jurídico.

(D) A internacionalização dos direitos humanos reduziu a importância da proteção da pessoa no direito internacional.

(E) O século XX revelou que a paz duradoura independe do reconhecimento dos direitos humanos.

8. (2026)

A Organização das Nações Unidas foi criada em 1945, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada em 1948. À luz do texto, assinale a alternativa correta sobre esse marco histórico-normativo.

(A) A Carta das Nações Unidas, de 1945, ignorou a promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

(B) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, surgiu como tratado internacional imediatamente dotado de força obrigatória plena e automática.

(C) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, embora formalmente não tenha surgido como tratado com força obrigatória imediata, exerceu enorme autoridade política, moral e jurídica.

(D) A criação da ONU extinguiu a soberania estatal no Direito Internacional.

(E) A ONU foi criada exclusivamente para organizar relações comerciais entre os Estados.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FGV - 2024)

De acordo com a doutrina, em matéria de elementos do ato administrativo, o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento para a edição do ato administrativo é denominado

- (A) objeto.
- (B) motivo.
- (C) forma.
- (D) finalidade.
- (E) motivação.

2. (FGV - 2024)

Diversas pessoas, insatisfeitas com a crise econômica vivenciada no Estado Alfa, resolveram fechar ruas para protestar contra o governo. Após horas de manifestação pacífica, a passeata se tornou violenta, com a depredação do patrimônio público. Em assim sendo, dezenas de policiais militares foram convocados, pondo fim aos eventos.

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, os policiais militares puderam interromper a passeata, mesmo sem a manifestação do Poder Judiciário, em razão da:

- (A) presunção relativa de veracidade dos atos administrativos;
- (B) autoexecutoriedade dos atos administrativos;
- (C) imperatividade dos atos administrativos;
- (D) coercibilidade dos atos administrativos;
- (E) exigibilidade dos atos administrativos.

3. (FGV - 2022)

José estacionou seu veículo em local proibido. Agentes públicos, no regular exercício de suas funções, aplicaram multa a José.

De acordo com a doutrina de direito administrativo, no caso em tela, a cobrança da citada multa pelo ente federativo que a aplicou regularmente ocorre

- (A) com o atributo do ato administrativo da autoexecutoriedade.
- (B) sem o atributo do ato administrativo da autoexecutoriedade.
- (C) com o atributo do ato administrativo da presunção absoluta de legitimidade.

(D) sem o atributo do ato administrativo da presunção de veracidade.

(E) com o atributo do ato administrativo da imprescritibilidade da cobrança de multa.

4. (FGV - 2023)

No exercício do controle interno, no âmbito da autotutela, as autoridades competentes verificaram que determinados atos administrativos foram praticados com desvio de finalidade e que outros possuíam defeito de forma, não essencial ao ato.

Em razão disso, tais agentes públicos visam a adotar as providências cabíveis diante de cada uma das mencionadas circunstâncias, que deveriam ensejar

- (A) a convalidação dos atos em ambas as situações.
- (B) a anulação dos atos em razão do desvio de finalidade e a revogação dos que contêm defeito de forma.
- (C) a revogação dos atos em decorrência do desvio de finalidade e a anulação dos que apresentam defeito de forma.
- (D) a convalidação dos atos diante do desvio de finalidade e a revogação daqueles com vício de forma.
- (E) a anulação dos atos realizados com desvio de finalidade e a convalidação daqueles com defeito de forma.

5. (FGV - 2026)

No exercício da autotutela, a autoridade competente verificou as seguintes situações:

- I. Vício de forma, que não é essencial ao ato administrativo;
- II. Vício de competência em ato vinculado;
- III. Ato editado sem qualquer vício, mas que não é mais conveniente e oportuno para o interesse público devidamente justificado.

Considerando as situações descritas, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Tanto na situação I quanto na II, o vício é sanável, de modo que os atos administrativos não devem ser invalidados.

AMOSTRA

(B) Considerando as peculiaridades de cada uma das situações, é pertinente a revogação de tais atos administrativos.

(C) O vício apresentado na situação II é considerado insanável, de modo que ele deve ser necessariamente anulado a qualquer tempo.

(D) A ausência de conveniência e oportunidade na situação III deve ensejar a anulação do ato administrativo.

(E) Todas as situações descritas devem levar necessariamente à anulação dos respectivos atos administrativos.

6. (FGV - 2022)

Analisando o Ministério Público de Goiás sob a ótica da organização administrativa, temática que estuda a estrutura da Administração Pública, é **correto** afirmar que ele é um exemplo de

- (A) órgão público.
- (B) poder constitucional.
- (C) secretaria de governo.
- (D) entidade administrativa.
- (E) pessoa jurídica de direito público externo.

7. (FGV - 2023)

O diminuto Município Alfa possui dez secretarias, uma autarquia, uma fundação estatal de direito público e uma empresa pública.

Nesse cenário, considerando o tema da organização administrativa, é **correto** afirmar que:

- (A) as secretarias e a fundação estatal de direito público fazem parte da Administração Pública direta, fruto da técnica da desconcentração administrativa. A autarquia integra a Administração Pública indireta, fruto da técnica da descentralização administrativa. A empresa pública é pessoa jurídica de direito privado, não estando englobada pela Administração Pública direta ou indireta;
- (B) as secretarias fazem parte da Administração Pública direta, fruto da técnica da descentralização administrativa. A autarquia, a fundação estatal de direito público e a empresa pública integram a Administração Pública Indireta, fruto da técnica da desconcentração administrativa;
- (C) as secretarias e a fundação estatal de direito público fazem parte da Administração Pública direta, fruto da técnica da desconcentração

administrativa. A autarquia e a empresa pública integram a Administração Pública indireta, fruto da técnica da descentralização administrativa;

(D) as secretarias e a fundação estatal de direito público fazem parte da Administração Pública direta, fruto da técnica da descentralização administrativa. A autarquia e a empresa pública integram a Administração Pública indireta, fruto da técnica da desconcentração administrativa;

(E) as secretarias fazem parte da Administração Pública direta, fruto da técnica da desconcentração administrativa. A autarquia, a fundação estatal de direito público e a empresa pública integram a Administração Pública indireta, fruto da técnica da descentralização administrativa.

(E) as secretarias fazem parte da Administração Pública direta, fruto da técnica da desconcentração administrativa. A autarquia, a fundação estatal de direito público e a empresa pública integram a Administração Pública indireta, fruto da técnica da descentralização administrativa.

(E) as secretarias fazem parte da Administração Pública direta, fruto da técnica da desconcentração administrativa. A autarquia, a fundação estatal de direito público e a empresa pública integram a Administração Pública indireta, fruto da técnica da descentralização administrativa.

8. (FGV - 2022)

O ente Gama da administração indireta federal tem personalidade jurídica de direito público, possui patrimônio próprio e foi criado para desenvolver atividade típica de Estado, com liberdade para agir nos limites administrativos da lei específica que o criou.

Diante dessas peculiaridades, é **correto** afirmar que o ente Gama é uma

- (A) empresa pública.
- (B) sociedade de economia mista.
- (C) organização não governamental.
- (D) fundação privada.
- (E) autarquia.

9. (FGV - 2026)

Após tomar posse como policial civil no Estado do Piauí, Lucas resolveu estudar, no contexto das técnicas de organização administrativa, onde a Polícia Civil do referido ente da federação estaria inserida.

Nesse caso, considerando o entendimento doutrinário dominante, é **correto** afirmar que a Polícia Civil é um(a)

- (A) pessoa jurídica de direito público, criada por meio da desconcentração administrativa.
- (B) pessoa jurídica de direito privado, criada por meio da descentralização administrativa.
- (C) pessoa jurídica de direito público, criada por meio da descentralização administrativa.
- (D) órgão público, criado por meio da descentralização administrativa.
- (E) órgão público, criado por meio da desconcentração administrativa.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FGV - 2025)

O preâmbulo da Constituição Federal estabelece que: “nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é **correto** afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento a

- (A) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (B) solução pacífica dos conflitos.
- (C) não intervenção.
- (D) defesa da paz.
- (E) soberania.

2. (FGV - 2023)

João, professor de direito constitucional, explicou aos seus alunos que os direitos fundamentais da pessoa humana, consagrados pela Constituição da República, são potencialmente colidentes com outros direitos, titularizados por pessoa diversa, ou com interesses de contornos difusos ou coletivos. Por fim, João questionou Pedro, seu aluno, a respeito da teoria sobre os direitos fundamentais que explica a forma como são individualizados e a sua influência na solução das colisões identificadas, considerando a explicação inicial.

Pedro respondeu corretamente que a explicação de João se ajusta à teoria

- (A) externa, segundo a qual o direito fundamental apresenta um conteúdo *prima facie*, que antecede a posição definitiva, somente delimitada após a identificação das restrições que deve sofrer.

(B) externa, segundo a qual a máxima de concordância prática entre os direitos fundamentais se torna efetiva quando, em caso de colisão, é identificado, entre os sentidos imanentes de cada qual, o que deve preponderar.

(C) interna, que encampa a dualidade existencial entre direito e restrição, apregoando a necessidade da ponderação de interesses para identificar a solução para a colisão entre direitos fundamentais em um caso concreto.

(D) interna, segundo a qual o direito fundamental possui um sentido imanente, assumindo contornos provisórios até o surgimento da colisão a ser superada, momento em que serão consideradas as restrições que influirão no surgimento da posição definitiva.

(E) interna, segundo a qual os direitos fundamentais ocupam posições definitivas, de modo que quaisquer restrições que lhes sejam impostas em caso de colisão devem ser argumentativamente justificadas com base na relevância do bem jurídico tutelado.

3. (FGV - 2023)

Joana, estudante de Direito, questionou o seu professor a respeito das características dos denominados “direitos sociais”, consagrados na Constituição da República, considerando a natureza da atividade desenvolvida pelo Estado.

O professor respondeu, corretamente, que essa espécie de direito é caracterizada, em regra, pela

- (A) oferta de prestações estatais.
- (B) abstenção do Estado, não podendo avançar na esfera jurídica individual.
- (C) exigência de que a produção normativa estatal seja benéfica para a sociedade.
- (D) vedação de que os direitos individuais sejam satisfeitos antes dos direitos da sociedade.
- (E) exigência de que a atuação do Estado seja transparente, satisfazendo os interesses da sociedade.

4. (FGV - 2024)

A Lei municipal no W, com o alegado objetivo de proteger o interesse coletivo, impôs restrições a determinado direito individual. Ana, titular de um direito dessa natureza e que seria alcançada pelas restrições impostas pelo referido diploma normativo, consultou um advogado a respeito da compatibilidade dessa medida com a Constituição da República.

Foi corretamente respondido a Ana que as referidas restrições, à luz do entendimento predominante na realidade brasileira

- (A) são sempre incompatíveis com a ordem constitucional, pois a concordância prática desses direitos foi realizada, in abstracto, pelo Poder Constituinte.
- (B) são sempre incompatíveis com a ordem constitucional, considerando que os direitos fundamentais ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas.
- (C) podem se mostrar compatíveis com a ordem constitucional, devendo ser adequadas e necessárias, além de os benefícios auferidos apresentarem maior relevância que as restrições impostas.
- (D) podem se mostrar compatíveis com a ordem constitucional, desde que a norma que contempla o direito fundamental tenha admitido a imposição de restrições pela legislação infraconstitucional.
- (E) são sempre compatíveis com a ordem constitucional, pois a eficácia dos direitos fundamentais, de primeira, segunda ou terceira dimensão, é sempre estabelecida pela legislação infraconstitucional, que pode estendê-los ou restringi-los.

5. (FGV - 2024)

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Entre os direitos e deveres individuais e coletivos, constantes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, encontra-se pertinente que

- (A) é livre a manifestação do pensamento, sendo consentido o anonimato.

(B) ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

(C) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar em hipótese alguma.

(D) é violável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.

(E) é assegurado a todos o acesso à informação e divulgação da fonte.

6. (FGV - 2024)

Determinada guarnição da Polícia Militar de São Paulo capturou, em flagrante, Caio, acusado de praticar o crime de racismo, encaminhando-o, na sequência, à Delegacia de Polícia.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é **correto** afirmar que a autoridade policial

- (A) não poderá arbitrar fiança em benefício de Caio, pois o crime de racismo, além de imprescritível e sujeito à pena de reclusão, tem natureza inafiançável.
- (B) não poderá arbitrar fiança em benefício de Caio, pois o crime de racismo, embora prescritível e sujeito à pena de detenção, tem natureza inafiançável.
- (C) poderá arbitrar fiança em benefício de Caio, pois o crime de racismo, embora imprescritível e sujeito à pena de reclusão, tem natureza afiançável.
- (D) poderá arbitrar fiança em benefício de Caio, pois o crime de racismo, além de prescritível e sujeito à pena de detenção, tem natureza afiançável.

7. (FGV - 2024)

Johan, alemão que se naturalizou brasileiro, foi acusado da prática de crime de opinião, o qual foi consumado na Alemanha, contra as instituições alemãs, em momento anterior à naturalização, o que levou à apresentação do seu pedido de extradição. Dias antes da formulação desse pedido de extradição, Johan tinha obtido a nacionalidade de um país asiático, onde tinha diversas propriedades, com o objetivo de ali viver no futuro.

À luz da sistemática constitucional, é **correto** afirmar que:

- (A) como Johan não é brasileiro nato, não há óbice à extradição;

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

1. (FGV - 2025)

Para garantir a preservação da integridade, da autenticidade e da confidencialidade de documentos públicos armazenados em meio eletrônico, óptico ou equivalente, deve ser atendido o disposto na Lei nº 12.682/2012.

Para isso, a referida lei determina que deve ser usada a certificação digital no padrão do(a):

- (A) GED;
- (B) SIGAD;
- (C) Conarq;
- (D) ICP-Brasil;
- (E) Arquivo Nacional.

2. (FGV - 2025)

Foi elaborado um decreto que estabelece a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.

O decreto se aplica a documentos:

- (A) audiovisuais;
- (B) nato-digitais;
- (C) em microfilme;
- (D) de identificação;
- (E) físicos digitalizados.

3. (FGV - 2024)

Bruce (85 anos) viajava de avião com sua esposa Marta (50 anos) e seu filho Olívio (17 anos) quando pane elétrica causou a queda da aeronave com a morte de todos os passageiros. Deixaram outra filha comum, Olívia, e dois netos, filhos de Olívio.

Nesse caso, à luz das normas do Código Civil, é **correto** afirmar que se presume:

- (A) Bruce ter morrido antes, por ser mais velho;
- (B) Bruce e Marta terem morrido antes, para que a herança passasse a Olívio e, depois, aos netos;
- (C) Olívio ter falecido antes, para que não haja direito sucessório entre os envolvidos;
- (D) todos terem falecido ao mesmo tempo, sem direitos sucessórios entre eles;

(E) todos terem falecido ao mesmo tempo, sendo os direitos sucessórios entre eles regulados nos termos do Art. 1.829 do Código Civil.

4. (FGV - 2024)

Ana Oliveira, viúva, autônoma, é mãe de três filhos: Caio, de 16 anos, Getúlio, de 25 anos, e Regina, de 19 anos. Caio ingressou em curso superior de medicina veterinária, Getúlio foi declarado ausente em processo judicial e Regina, após acidente, encontra-se hospitalizada, em estado de coma.

Diante da situação hipotética narrada, é **correto** afirmar que

(A) os três filhos de Ana Oliveira são relativamente incapazes, ainda que por causas diversas.

(B) Caio atingiu a plena capacidade civil ao ingressar em curso superior e Getúlio é relativamente incapaz desde a declaração de ausência.

(C) Regina, em razão do seu estado de saúde e da impossibilidade de expressar vontade, é absolutamente incapaz e Getúlio, em razão da declaração de ausência, é relativamente capaz.

(D) Caio é relativamente incapaz em razão da idade e Getúlio, independentemente da declaração de ausência, mantém a sua capacidade civil.

(E) Caio atingiu a plena capacidade civil ao ingressar em curso superior e Regina, em razão do seu estado de saúde e da impossibilidade de expressar vontade, é relativamente incapaz.

5. (FGV - 2024)

Lúcia de 45 anos e Cláudio de 53 anos, juntamente com seus filhos, Henrique de 23 anos, Lucas de 19 anos e Pedro de 15 anos, ao retornarem de uma viagem pelo litoral, se envolveram em grave acidente, envolvendo o carro da família e uma minivan que transportava 7 passageiros.

AMOSTRA

O acidente resultou na morte simultânea de Lúcia e de Cláudio e de um jovem casal que estava na minivan. Ainda em razão do acidente, Lucas encontra-se em coma hospitalar e Henrique e Pedro sofreram apenas ferimentos leves.

Diante das consequências do acidente, Henrique requereu e foi deferida a guarda de Pedro e a curatela de Lucas. Passado cerca de um ano do acidente, Pedro manifesta o desejo de ser emancipado.

Diante da situação hipotética narrada e de acordo com a legislação vigente, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Lúcia e Cláudio são comorientes e Lucas e Pedro são absolutamente incapazes.
- (B) Henrique, sendo o detentor da guarda de Lucas, poderá atender ao pedido do irmão, declarando a sua vontade por instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- (C) Em razão da idade, presume-se que Cláudio tenha falecido antes de Lúcia, e Lucas, mesmo em coma, é relativamente incapaz.
- (D) A emancipação pretendida por Pedro só pode ser deferida judicialmente, desde que ele já tenha 16 anos completos.
- (E) Em razão do falecimento dos pais, Pedro só poderá ser emancipado judicialmente e mediante comprovação de que possui economia própria.

6. (FGV - 2022)

Jaqueline, solteira, vem a falecer. Como possíveis herdeiros, Jaqueline contava apenas com Marcos e João, seus sobrinhos e irmãos entre si. Ao descobrir que Jaqueline, por testamento, afastou os sobrinhos da herança para deixá-la à Associação de Caridade Solidária e à amiga Carolina, Marcos desferiu insultos à falecida tia no perfil que ela mantinha em rede social.

Diante disto, cabe buscar a cessação da lesão à honra de Jaqueline

- (A) a João e a Marcos, conjuntamente.
- (B) à Associação de Caridade Solidária.
- (C) ao Ministério Público.
- (D) à Associação e a Carolina, conjuntamente.
- (E) a João.

7. (FGV - 2025)

Nos termos do Código Civil, são pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e os empreendimentos de economia solidária.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Civil, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

() Decai em cinco anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

() A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) V – V – V.

8. (FGV - 2024)

Oswaldo fez seu testamento quando ainda era bem jovem, fazendo constar dele a determinação de que certos bens de sua propriedade deveriam ser destinados, após a sua morte, à criação de uma fundação voltada a apoiar a educação infantil na cidade onde ele morava. Tendo vivido por muitos anos, quando Oswaldo veio a falecer apurou-se que, embora todos os bens deixados por ele para a criação da fundação ainda pertencessem a ele no momento da morte, seu valor havia se depreciado drasticamente com o passar do tempo, de modo que se tornaram totalmente insuficientes para a constituição da pessoa jurídica.

Considerando que Oswaldo nada previu no testamento quanto ao risco de depreciação dos bens, determina o Código Civil brasileiro que a fundação:

- (A) não deve ser constituída, e os bens destinados a ela no testamento devem ser revertidos em favor dos herdeiros de Oswaldo;

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (FGV - 2025)

Assinale a alternativa correta:

(A) Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que não reúna os seguintes requisitos: a) haver sido proferida por juiz competente; b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia; c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; d) estar traduzida por intérprete autorizado; e) ter sido homologada pelo STF.

(B) Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos: a) haver sido proferida por juiz competente; b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia; c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; d) estar traduzida por intérprete não autorizado; e) ter sido homologada pelo STF.

(C) Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos: a) haver sido proferida por juiz competente; b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia; c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; d) estar traduzida por intérprete autorizado; e) ter sido homologada pelo STJ.

(D) Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos: a) haver sido proferida por juiz competente; b) terem sido, ou não, as partes citadas, ou haver-se legalmente verificado à revelia; c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; d) estar traduzida por intérprete autorizado; e) ter sido homologada pelo STF e pelo STJ.

(E) Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos: a) haver sido proferida por juiz competente; b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia; c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; d) estar traduzida por intérprete autorizado; e) ter sido homologada pelo STF.

2. (FGV - 2025)

No que concerne à autoridade judicial brasileira, assinale a alternativa correta:

(A) Só à autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a bens móveis situados no Brasil.

(B) É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no estrangeiro, sem que aqui tiver de ser cumprida a obrigação.

(C) A autoridade judiciária brasileira cumprirá, concedido o exequatur e segundo a forma estabelecida pela lei estrangeira, as diligências deprecadas por autoridade estrangeira competente, observando a lei desta, quanto ao objeto das diligências.

(D) É competente a autoridade judiciária brasileira, quando não for o réu domiciliado no Brasil ou aqui não tiver de ser cumprida a obrigação.

(E) É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação.

3. (FGV - 2025)

A cooperação jurídica internacional é uma modalidade formal de solicitar a outro país uma medida judicial, investigativa ou administrativa para um caso concreto. Esforçando-se para facilitar a cooperação jurídica nos casos de litígios e disputas internacionais, o Brasil aderiu à Convenção da Haia sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial (Convenção da Haia sobre Provas), promulgada pelo Decreto nº 9.039, de 27 de abril de 2017.

AMOSTRA

Sobre a obtenção de provas no exterior, assinale a afirmativa correta.

(A) A tramitação do pedido de cooperação jurídica internacional para a obtenção de prova no exterior apenas poderá ser feita com base em acordo internacional vigente entre o Brasil e o Estado Requerido.

(B) A Convenção da Haia sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em matéria civil e comercial prevê que a autoridade judicial deve aplicar integralmente a legislação do Estado Requerente no que diz respeito às formalidades a serem seguidas na obtenção da prova.

(C) O cumprimento da Carta Rogatória em que se requer à autoridade competente de um Estado Contratante a obtenção de provas só poderá ser recusado quando, no Estado Requerido, o cumprimento não estiver no âmbito das atribuições do Poder Judiciário ou quando o Estado Requerido considerá-lo prejudicial à sua soberania ou segurança.

(D) Cada Estado Contratante designará uma Autoridade Central para receber as Cartas Rogatórias procedentes de autoridade judiciária de outro Estado Contratante e de transmiti-las à autoridade competente para cumprimento. A organização dessa Autoridade Central deve ser a mesma em todos os Estados signatários da Convenção da Haia sobre Provas, sem a possibilidade de cada um legislar sobre essa organização.

4. (FGV - 2025)

Dentro da ideia de ser o Brasil um Estado Cooperativo e considerando as disposições das Convenções das Nações Unidas contra a Corrupção e contra o Crime Organizado Transnacional, assinale a afirmativa correta.

(A) Salvo autorização do Estado requerido, o Brasil não pode processar a pessoa extraditada por fato diverso do constante do pedido de extradição, ainda que posterior à extradição.

(B) No âmbito da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, é considerada legítima a recusa de extradição quando o delito envolver, também, questões fiscais.

(C) O Brasil não possui jurisdição para o processo e julgamento do delito de lavagem de capitais parcialmente praticado em território nacional, caso o delito antecedente tenha sido praticado contra a administração pública estrangeira.

(D) Salvo autorização especial do Estado requerido, o Brasil não pode utilizar a prova obtida no exterior, por meio de cooperação jurídica internacional, em fato diverso daquele constante no pedido de auxílio.

(E) A transferência de processos é um acordo processual internacional previsto na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção em benefício da melhor Administração da Justiça no caso concreto.

5. (FGV - 2023)

Em Londres, uma sociedade empresária chinesa contratou, com uma sociedade empresária alemã, a entrega de 20.000 toneladas de minério de ferro no Porto de Santos, São Paulo.

Por problemas relacionados ao desembarque da mercadoria, a sociedade empresária chinesa resolveu demandar em face da alemã. De acordo com as normas de Direito Internacional Privado brasileiro, assinale a afirmativa correta.

(A) A competência para processar e julgar a demanda é exclusivamente da autoridade judiciária inglesa.

(B) A competência para processar e julgar a demanda é concorrentemente das autoridades judiciárias alemã e chinesa.

(C) A Justiça brasileira é concorrentemente competente para processar e julgar a demanda.

(D) A Justiça alemã é exclusivamente competente para processar e julgar a demanda.

6. (FGV - 2023)

Brasileiro casado com outra brasileira, com dois filhos brasileiros, de 8 e 15 anos, com residência permanente em Roma, decide retornar ao Brasil para fixar residência, sem comunicar ao outro genitor.

Sobre sua conduta, é **correto** afirmar que:

(A) como todos os envolvidos são brasileiros, não há vedação ao retorno de seus nacionais ao país para fixação de residência;

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1. (FGV - 2025)

Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa. () Os direitos enunciados no estatuto aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, independentemente de suas circunstâncias particulares.

() Considera-se criança a pessoa até onze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre onze e dezessete anos.

() A criança e o adolescente não gozam de todos os direitos inerentes à pessoa humana, o que muda com o atingimento da fase adulta.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

2. (FGV - 2024)

2) De acordo com a análise de Epifânio e Gonçalves (2017), *a realidade dos abrigos não atingiu o proposto pelo ECA, e muitos ainda funcionam mantendo semelhanças com o antigo modelo. Ainda, existe uma visão estigmatizada das crianças e seus familiares, sendo tratadas com características em sua maioria negativas, parecendo deixar de lado a noção de sujeitos que possuem direitos e que necessitam de respeito e dignidade.*

Sobre os objetivos a serem alcançados pelo ECA, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Crianças e adolescentes devem ser valorizados na condição de sujeitos de direitos.

() Utilizar a institucionalização como uma oportunidade para o desenvolvimento de aspectos físicos, emocionais e psicológicos.

() Desenvolver atividades lúdicas observando as diferentes faixas etárias.

As afirmativas são, **respectivamente**,

- (A) V – F – F.
- (B) F – V – F.

(C) V – V – F.

(D) F – V – V.

(E) V – V – V.

3. (FGV - 2024)

João e Mariana têm dois filhos com idade de 2 e 4 anos. Em pesquisas realizadas em sítios eletrônicos, o casal lê textos que informam que as vacinas não devem ser ministradas nas pessoas, pois não previnem as doenças, mas, ao contrário, provocam autismo e outras doenças neurológicas nas crianças. Convencidos da veracidade desses textos, não levam seus filhos para serem imunizados durante as campanhas anuais de vacinação promovidas pelo poder público. Chegando tal fato ao conhecimento do conselho tutelar, os pais são chamados para atendimento e, mesmo com as diversas orientações dadas pelos conselheiros tutelares e pela equipe técnica que auxilia os conselheiros, inclusive com a informação de que a omissão coloca a vida das crianças em risco, os pais se mostram irredutíveis em vacinar seus filhos. O caso é encaminhado ao Ministério Público.

Em relação à proteção dessas crianças, é correto afirmar que:

(A) o poder familiar é atributo conferido aos pais para que, com mais facilidade, possam tomar decisões para a vida de seus filhos, mas este não é absoluto. Assim, caso os pais não levem seus filhos para serem vacinados nas campanhas oficiais, devem ser encaminhados para cursos de orientação, na forma do Art. 129, IV, do ECA;

(B) o poder familiar é atributo conferido aos pais para que, com mais facilidade, possam tomar decisões para a vida de seus filhos, e, por serem detentores deste poder-dever, têm o dever de tomar as decisões que acharem mais corretas para a vida de seus filhos, de modo que podem não levar seus filhos para tomar as vacinas obrigatórias;

(C) o poder familiar é atributo conferido aos pais para que, com mais facilidade, possam tomar decisões para a vida de seus filhos, mas este

AMOSTRA

não é absoluto. Assim, caso os pais não levem seus filhos para serem vacinados nas campanhas oficiais, serão destituídos, de imediato, do poder familiar, por terem violado o direito fundamental dos filhos à saúde;

(D) o poder familiar é atributo conferido aos pais para que, com mais facilidade, possam tomar decisões para a vida de seus filhos, mas este não é absoluto. Assim, caso os pais não levem seus filhos para serem vacinados nas campanhas oficiais, responderão a processo pela prática da infração administrativa prevista no Art. 149, ECA; caso sejam condenados, deverão pagar multa, sendo esta a única sanção que podem ter por descumprirem dolosamente os deveres do poder familiar;

(E) o poder familiar é atributo conferido aos pais para que com mais facilidade possam tomar decisões para a vida de seus filhos, mas este não é absoluto. Assim, caso os pais não levem seus filhos para serem vacinados nas campanhas oficiais, responderão a processo pela prática da infração administrativa prevista no Art. 149, ECA; nessa hipótese, caso sejam condenados, deverão pagar multa e, caso continuem a não cumprir com seu dever para com os filhos, poderão ter o poder familiar suspenso, com o consequente encaminhamento dos filhos para acolhimento.

4. (FGV - 2023)

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, representou um divisor de águas na cidadania de crianças e adolescentes no Brasil. De acordo com o desta lei, analise as afirmativas a seguir.

I.Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à amamentação.

II.A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação.

III.O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

IV.Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares deverão fornecer declaração de nascimento sem informações sobre intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.

V.Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão direitos e qualificações diferenciadas, ainda que sejam proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) II, III, IV e V, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) III, IV e V, apenas.
- (E) I, III e V, apenas.

5. (FGV - 2025)

Diante da disciplina da entrega voluntária e consciente do filho em adoção por parte da genitora, estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Resolução CNJ nº 485/2023 que trata do adequado atendimento, no âmbito do Poder Judiciário, de gestante ou parturiente que manifeste desejo de entregar o filho para adoção e a proteção integral da criança, assinale a afirmativa correta.

- (A) A promessa ou a efetivação da entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa, constitui infração administrativa passível de multa de até 20 salários de referência.
- (B) A entrega irregular de filho em adoção é causa legal de perda da guarda, devendo o Ministério Público propor a respectiva ação, no prazo máximo de 15 dias, em face do genitor que efetuar a entrega.
- (C) O consentimento com a entrega do filho em adoção somente terá valor se for dado pela genitora durante a gravidez, ou logo após o nascimento da criança, perante o Conselho Tutelar.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (FGV - 2024)

João Paulo, advogado, caluniou seu desafeto, Rubens, empresário de renome na comarca, imputando-lhe falsamente fato definido como crime. Relativamente à investigação do crime de calúnia, com vistas a se determinar a sua existência e autoria, é **correto** afirmar que o inquérito policial poderá ser iniciado:

- (A) mediante requisição do juiz, caso não o faça o Ministério Público;
- (B) por requisição do Ministério Público, caso não o faça o ofendido;
- (C) por requisição do Ministro da Justiça, caso não o faça o juiz;
- (D) pela autoridade policial, mediante requerimento do ofendido;
- (E) de ofício pela autoridade policial.

2. (FGV - 2024)

Em relação ao inquérito policial, avalie as afirmativas a seguir.

I. Se vislumbrar posteriormente a ocorrência de crime sujeito à ação penal privada em conexão com crime de ação penal pública, o Ministério Público oferecerá aditamento à denúncia.

II. A ausência de identificação nominal do acusado impede, de maneira absoluta, a propositura da ação penal, sob pena de nulidade.

III. O inquérito policial não pode ser desarquivado em caso de arquivamento por atipicidade penal da conduta, mesmo que nova lei venha a incriminar a conduta investigada.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

3. (FGV - 2023)

Relativamente ao inquérito policial, às autoridades que nele atuam e às diligências nele levadas a efeito, é **correto** afirmar que poderá:

- (A) a autoridade policial mandar arquivar autos de inquérito de ofício ou a requerimento da defesa técnica do ofendido;
- (B) o juiz decretar a prisão temporária do indiciado de ofício, sem representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público;
- (C) o juiz decretar a incomunicabilidade do indiciado, a requerimento da autoridade policial ou do órgão do Ministério Público, por até 5 dias;
- (D) o inquérito ser instaurado de ofício pela autoridade policial nos crimes cuja ação penal depender de iniciativa do ofendido;
- (E) o órgão do Ministério Público requerer ao juiz a devolução do inquérito à autoridade policial para a realização de diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

4. (FGV - 2022)

A propósito do inquérito policial, é **correto** dizer que

- (A) o delegado de polícia pode arquivar inquéritos policiais por ele instaurados.
- (B) nos crimes de ação penal de iniciativa pública incondicionada, uma das formas de instauração do inquérito policial se dá pela requisição do Ministério Público.
- (C) o inquérito policial é a única forma de investigação preliminar existente no processo penal brasileiro.
- (D) o Código de Processo Penal prevê que o inquérito policial terá, em qualquer caso, duração de 20 dias.
- (E) nos crimes de ação penal de iniciativa pública condicionada, o inquérito pode ser iniciado pelo delegado sem necessidade de representação.

5. (FGV - 2022)

Relativamente ao inquérito policial e às diligências neste levadas a efeito, é **correto** afirmar que:

(A) na busca domiciliar fundada em ordem judicial, quando encontrada a arma objeto do crime de roubo, a não especificação no mandado judicial para a busca pessoal impedirá a realização desta;

(B) o delegado de polícia, apurando crime de extorsão mediante sequestro, necessita de prévia autorização judicial para requisitar, de quaisquer órgãos do poder público, dados e informações cadastrais dos suspeitos;

(C) após representação do delegado de polícia, nos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, sobre a disponibilização dos meios técnicos que permitam a localização da vítima, se não houver manifestação judicial no prazo de doze horas, poderá aquele proceder às requisições, comunicando-se imediatamente ao juiz;

(D) nos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o delegado de polícia poderá requisitar, independentemente de autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados que permitam a localização dos suspeitos;

(E) dar-se-á prioridade à realização de exame de corpo de delito, na fase do inquérito policial, quando se tratar de crime que envolva criança ou adolescente, idoso, pessoa com deficiência, indígena ou gestante.

6. (FGV - 2022)

João, indiciado em inquérito policial pela suposta prática de crimes de estelionato e falsidade ideológica, foi submetido a identificação criminal, embora civilmente identificado.

Nesse caso, é **correto** afirmar que

(A) o indiciado sempre poderá se recusar à identificação criminal.

(B) o indiciado somente poderá ser submetido a identificação civil.

(C) poderá o civilmente identificado ser submetido à identificação criminal, quando houver necessidade para a investigação ou dúvida quanto à identidade civil, nas hipóteses legalmente previstas.

(D) a CRFB/88 proíbe a identificação criminal.

(E) a lei não prevê hipótese excepcional de identificação criminal.

7. (FGV - 2022)

Fábio, delegado de polícia, determinou, de ofício, a instauração de inquérito policial para apurar a suspeita de roubo à residência de uma celebridade conhecida nas redes sociais. Ocorre que o dono da residência, que é pai da celebridade, ficou tenso ao ver nas redes sociais a notícia sobre o fato e resolveu requerer o arquivamento do inquérito para abafar o caso, evitando escândalos.

Nesse caso, é **correto** afirmar que

(A) o inquérito policial não pode ser instaurado de ofício pelo delegado de polícia.

(B) o inquérito policial deve sempre ser instaurado pelo delegado de polícia.

(C) o delegado de polícia, tomando conhecimento da prática de uma infração penal de ação penal pública condicionada à representação não deve instaurar o inquérito policial, ainda que tenha a vítima representado.

(D) o delegado de polícia, tomando conhecimento da prática de uma infração penal de ação penal pública incondicionada deve instaurar, de ofício, o inquérito policial.

(E) o inquérito deve ser arquivado, diante do requerimento do dono da residência.

8. (FGV - 2026)

O Ministério Público determinou o arquivamento de inquérito policial que investigava crime de estelionato praticado por Robério em face de Belarmino, notificando a vítima, o indiciado, a autoridade policial e o juízo competente.

Diante desse cenário, é **correto** afirmar que:

(A) a vítima poderá ajuizar ação penal subsidiária em razão de o Ministério Público não ter exercido a ação penal no prazo legal;

(B) a autoridade policial poderá, no prazo de 30 dias, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial;

(C) a vítima poderá, no prazo de 30 dias, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial;



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

